

NUTRIPLANT INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
Companhia Aberta (NUTR3)
CNPJ/MF Nº 51.128.999/0001-90
NIRE 35.300.320.930

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir a proposta da administração acerca das matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada no dia 28 de abril de 2026, nos termos abaixo propostos.

Em Assembleia Geral Ordinária:

1. Análise das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Propomos que sejam aprovadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, disponíveis para apreciação dos Senhores acionistas na sede social da Companhia e nas páginas eletrônicas da Nutriplant (<http://ri.nutriplant.com.br>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>) e da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) na rede mundial de computadores, em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da regulamentação aplicável.

Informamos que, nos termos da Resolução CVM nº 166/22, a Companhia está dispensada da publicação deste Edital de Convocação e das suas Demonstrações Financeiras, no Diário Comercial e no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

As informações relativas ao item 2 do Formulário de Referência, nos termos do art. 10, III, da Resolução CVM nº 81/22 estão disponíveis no Anexo I da presente Proposta.

2. Proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A administração informa que não haverá distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio ou eventual remuneração de capital, tendo em vista a incompatibilidade com a situação financeira da companhia, de acordo com o art. 6º da Lei 11.101/05. O lucro do exercício será destinado à constituição da Reserva Legal e de Lucros, conforme dispõe o art. 189 da Lei 6.404/76.

As informações relativas ao Anexo A da Resolução CVM nº 81/22 estão sendo apresentadas no Anexo V da presente Proposta.

3. Deliberação sobre a remuneração dos Administradores. A política de remuneração da Companhia para seus Administradores está em linha com as melhores práticas de governança corporativa e visa atrair e reter os melhores profissionais do mercado.

Propomos a fixação de verbas globais no valor de até R\$ 3.235.000,00 (três milhões duzentos e trinta e cinco mil Reais) para a remuneração dos Administradores no período exercido entre 01.01.2026 e 31.12.2026 cabendo ao Presidente do Conselho de Administração promover a sua respectiva atribuição entre os membros da Diretoria.

As informações relativas ao item 8 do Formulário de Referência, nos termos do art. 13, II, da Resolução CVM nº 81/22 estão disponíveis no Anexo II da presente Proposta.

4. Eleição dos membros do Conselho da Administração.

Propomos que sejam reeleitos, por dois anos, os membros do Conselho da Administração, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre os resultados do exercício de 2027.

As informações relativas ao item 7 do Formulário de Referência, nos termos da Resolução CVM nº 81/22 estão disponíveis no Anexo III da presente Proposta.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

1. Deliberar sobre a ratificação do aumento do capital social da Companhia aprovado na Reunião de Conselho realizada em 30 de dezembro de 2025 e registrada sob NUM.DOC: 090.204/26-8 em 11 de março de 2026.

Propomos que seja ratificado o aumento no capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, mediante a capitalização do saldo do resultado do período compreendido entre 01 de janeiro de 2025 e 30 de novembro de 2025 e do saldo de lucros acumulados registrado à conta do patrimônio líquido da Companhia, totalizando R\$ 14.487.607,37 (quatorze milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, seiscentos e sete reais e trinta e sete centavos), conforme Balanço Patrimonial e Resultado do Exercício intermediário levantado pela Diretoria.

O valor do novo capital social da Companhia passou a ser de R\$ 47.029.910,54 (quarenta e sete milhões, vinte e nove mil, novecentos e dez reais e cinquenta e quatro centavos).

Informamos que não houve alteração no valor nominal das ações nem modificação do número de ações, conforme § 1º do art. 169 da Lei nº 6.404/76 e de acordo com o art. 15 da Resolução CVM 81/22, e que foi mantida a divisão em 13.244.400 (treze milhões duzentos e quarenta e quatro mil e quatrocentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e escriturais.

2. Alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia para contemplar o aumento do capital social, conforme item anterior.

Propomos a alteração do artigo 4.º do Estatuto Social para considerar o aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, em razão da capitalização do saldo do resultado do período compreendido entre 01 de janeiro de 2025 e 30 de novembro de 2025 e do saldo de lucros acumulados registrado à conta do patrimônio líquido da Companhia.

O Anexo IV deste documento apresenta (a) a transcrição da redação do dispositivo do Estatuto Social a ser alterado, na forma atualmente vigente, e (b) a redação proposta a ser alterada identificando detalhadamente a alteração a ser realizada, bem como a sua justificativa nos termos do Artigo 12 II da Resolução CVM nº 81/22.

Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia e nas páginas eletrônicas da Companhia (<http://ri.nutriplant.com.br>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>) e da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) na rede mundial de computadores, em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da regulamentação aplicável.

Pelos motivos acima, a Administração da Companhia submete a presente Proposta à apreciação dos senhores acionistas reunidos em Assembleia Geral da Companhia, recomendando sua integral aprovação.

Barueri, 27 de março de 2026

Nutriplant Indústria e Comércio S.A.

EMILIO PANSA
Presidente do Conselho de Administração

Anexo I

**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO
FINANCEIRA DA COMPANHIA** (Resolução CVM 81/22 – art.10, III)

INFORMAÇÕES DO ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME ANEXO C DA RESOLUÇÃO CVM 80/22:

2. Comentários dos diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

Os comentários dos diretores para informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 do Formulário de Referência foram elaborados com base nas últimas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Tais demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil; enquanto as demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Informamos ainda que as demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de caixa e equivalentes, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado, e que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, foram evidenciadas.

Por fim, a análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas Demonstrações Financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Nutriplant apresentou no exercício encerrado em 2025 um faturamento líquido de R\$216,1 milhões, 7,9% acima dos R\$ 200,3 milhões de faturamento líquido realizado no mesmo período de 2024. Os esforços de vendas e o desenvolvimento de novos revendedores em regiões agrícolas estratégicas trouxeram o aumento de vendas esperado que implicou no recorde de faturamento da Companhia.

O lucro bruto atingiu R\$ 29,9 milhões em 2025, inferior em 18,0% quando comparado aos R\$ 36,4 milhões realizados no mesmo período de 2024. A margem bruta apresentou

uma redução, passando de 18,2% em 2024 para 13,8% em 2025, ambas em relação à receita líquida. Para buscar aumentar o nível do lucro bruto, a Companhia continua promovendo produtos de seu portfólio com melhor rentabilidade, divulgando estes produtos através campos de demonstração junto a produtores agrícolas referência em diversas regiões. O foco da Companhia continua sendo o crescimento no segmento de fertilizantes especiais, que apresentam margens maiores que esta média. No exercício de 2025 foi registrado um lucro líquido de R\$ 5,4 milhões, apresentando uma redução de 47,6% quando comparado ao lucro líquido de R\$ 10,3 milhões realizados no exercício de 2024. Os principais motivos deste decréscimo foi o aumento registrado nos custos com os produtos vendidos, em especial com as matérias primas, e nas despesas financeiras, principalmente com juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e fornecedores. A Companhia mantém um trabalho de redução de despesas, priorização de produtos de maior margem e iniciou uma redução de estoque para aumentar a eficiência da empresa e buscar uma melhora no lucro e EBITDA da Companhia.

O EBITDA realizado no exercício de 2025 foi de R\$ 8,7 milhões, 54,5% abaixo dos R\$ 19,1 milhões realizados no exercício de 2024. A Companhia apresentou um aumento de R\$ 9,8 milhões no endividamento líquido em 31/12/2025, gerando um aumento no seu indicador de dívida líquida/EBITDA em 2025, conforme tabelas abaixo.

(Em milhares de Reais)	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos CP	16.964	9.978
Empréstimos e financiamentos LP	4.897	1.080
(-)Caixa e equivalentes de caixa	3.008	1.991
Endividamento líquido	18.853	9.067

(Em milhares de Reais)	31/12/2025	31/12/2024
Endividamento líquido	18.853	9.067
EBITDA	8.710	19.126
Dívida líquida/EBITDA	2,2	0,5

A Companhia está constantemente buscando oportunidades de crescimento e inovação com foco na sustentabilidade a longo prazo e continuará com a estratégia de contenção de gastos e controle de novos investimentos.

b. Estrutura de capital

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital da Companhia (consolidado) apresenta alavancagem compatível com as demais empresas do segmento de atuação.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para financiar parte do seu capital circulante. A estrutura de capital da Companhia (consolidado) apresentou as seguintes composições: (i) em 31 de dezembro de 2025, 61,1% de capital de terceiros e 38,9% de

capital próprio e (ii) em 31 de dezembro de 2024, 57,8% de capital de terceiros e 42,2% de capital próprio, conforme tabela abaixo.

(Em milhares de Reais)	31/12/2025	%	31/12/2024	%
Passivo circulante e não circulante	79.452	61,1%	61.869	57,8%
Patrimônio líquido	50.539	38,9%	45.155	42,2%
Total do passivo e do patrimônio líquido	129.991	100,0%	107.024	100,0%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A captação de recursos e gestão de caixa da Companhia é orientada pelo conceito de “horizonte de liquidez”, que fornece a medida de tempo durante o qual os recursos disponíveis em caixa, somados à geração de caixa operacional e os recursos provenientes de financiamentos contratados e não desembolsados, estimada em condições desfavoráveis de mercado, são capazes de suportar o pagamento de todas as obrigações contratadas para o período, incluindo todas as amortizações de principal e juros de financiamentos.

O foco da administração da Companhia é manter a solidez financeira trabalhando com o compromisso de manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, e para isso conta com os recursos existentes e a geração de caixa operacional, além de diversas alternativas analisadas pela Companhia sempre que necessário, ressalvado o risco de não haver, quando necessário ou desejável, linhas de financiamento em condições favoráveis para a Companhia. Um dos focos em 2026 é no alongamento do endividamento e redução das taxas de juros buscando maior competitividade na venda de mercadorias no prazo safra.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de recursos utilizadas pela Nutriplant foram a geração de caixa operacional, empréstimos e financiamentos bancários.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As fontes de recursos que a Nutriplant pretende utilizar para financiar as eventuais deficiências de liquidez restringem-se à geração de caixa operacional.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2025 um total de R\$ 21,9 milhões em contratos de financiamentos, contratados dentro do limite previsto na letra “p” do artigo 14 do Estatuto Social, estando 26% do montante no longo prazo. Tais contratos estão apresentados na tabela abaixo, com a posição consolidada:

Consolidado

Instituição financeira	Modalidade	Garantia	Vencimento	31/12/25
Banco Santander	Capital de giro	Aval	mar/27	399
CCB Brasil	Finep	Fiança Bancária	out/24	73
Banco Daycoval	Capital de giro	Recebíveis	jun/29	2.065
Banco Money Plus	Fundos Creditórios / FIDC	Recebíveis	out/26	3.285
Banco Link	Fundos Creditórios / FIDC	Recebíveis	mar/26	1.224
Banco Artico	Fundos Creditórios / FIDC	Recebíveis	mar/26	2.011
Banco SB Credito	Fundos Creditórios / FIDC	Recebíveis	set/27	7.760
Banco Fundo Athena	Fundos Creditórios / FIDC	Recebíveis	out/26	1.500
Banco Fundo Multiplica	Fundos Creditórios / FIDC	Recebíveis	ago/26	709
Banco Fundo Stars Securitizadora	Fundos Creditórios / FIDC	Recebíveis	out/26	1.755
Banco Fundo Ativa Fidc	Fundos Creditórios / FIDC	Recebíveis	fev/26	581
Banco Fundo Continental	Fundos Creditórios / FIDC	Recebíveis	jan/26	500
				21.861

(Em milhares de Reais)	31/12/2025	31/12/2024
Endividamento líquido	18.853	9.067
Patrimônio líquido	50.539	45.155
Dívida líquida/PL	0,4	0,2
% de Endividamento		
Curto prazo	74%	88%
Longo prazo	26%	12%

A Companhia não possui outros financiamentos além dos citados acima, ou seja, nenhum contrato de financiamento com limite de utilização. Os financiamentos contratados estavam 100% tomados em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia monitora constantemente seu perfil de endividamento, buscando otimizar o custo médio da dívida e manter um cronograma de amortização compatível com sua geração de caixa operacional. Em 31 de dezembro de 2025, o endividamento bancário bruto totalizou R\$ 21,9 milhões, sendo que a maior concentração de vencimentos ocorre no curto prazo, o que motiva a estratégia da administração de focar no alongamento dessas obrigações ao longo do exercício de 2026.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 não havia outras relações de longo prazo com instituições financeiras que não estejam aqui descritas.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Considerando a ordem de precedência em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas nos passivos circulante e não-circulante dos

balanços patrimoniais da Companhia correspondentes aos últimos exercícios sociais é a descrita a seguir:

- Financiamentos bancários com garantia real listados na tabela constante no item 'i', têm preferência sobre outras dívidas da Companhia em caso de falência até o limite da garantia real constituída.
- Créditos fiscais e trabalhistas (salários e encargos sociais; provisão para impostos e contribuições a recolher e imposto de renda e contribuição social): estes créditos seguirão a ordem de precedência prevista no artigo 83 da Lei 11.101/05.
- As demais obrigações previstas nos passivos circulante e não-circulante das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 2025 são quirografárias.

Os ativos dados em garantia são suficientes para a cobertura dos respectivos empréstimos, em eventuais hipóteses de aceleração.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

No contrato de financiamento bancário com o Banco Santander consta uma cláusula de vencimento antecipado estabelecendo restrição quanto à transferência do controle societário direto ou indireto que seja transferido à terceiro ou vierem a ser incorporados, ou ocorrer a fusão, ou a transferência, seja por cisão ou por qualquer outra forma, de ativos operacionais para outra entidade sem que o banco tenha manifestado, formalmente, a decisão de manter vigente o contrato, antes de tal transferência.

A Companhia informa que não há restrições impostas (*covenants*) em seu endividamento em relação à contratação de novas dívidas e limites de endividamento, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos e à emissão de novos valores mobiliários.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia informa que não possui outros financiamentos além dos citados acima, ou seja, nenhum contrato de financiamento com limite de utilização. Os financiamentos contratados estavam 100% tomados em 31 de dezembro de 2025.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

A Companhia informa que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 não houve alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa.

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Receita bruta de vendas da Companhia advém principalmente da produção, comercialização e distribuição de micronutrientes foliares, condicionadores de solo, fertirrigação, tratamento de sementes, sais inorgânicos para usos industriais e outros produtos diferenciados destinados para produtores rurais, empresas agrícolas, empresas comerciais, industriais diversificadas e cooperativas.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No exercício de 2025 foi registrado um novo recorde de faturamento pela Companhia, porém aumentou o percentual dos custos com os produtos vendidos sobre o valor da receita líquida de 81,8% em 2024 para 86,2% em 2025. Foi registrado um aumento também nas despesas operacionais, passando de 11,5% sobre a receita líquida de 2024 para 14,1% em 2025. Por outro lado, a rubrica outras receitas realizadas no exercício de 2025 apresentou um expressivo aumento quando comparada ao realizado em 2024, principalmente devido aos R\$ 3,5 milhões registrados em receitas de subvenção de investimentos pela Companhia. Assim, o resultado operacional da Companhia teve um decréscimo de 57,2% em relação ao exercício anterior, passando de R\$ 18,3 milhões no exercício de 2024 para R\$ 7,8 milhões em 2025.

(Em milhares de Reais)	Consolidado				Var. (%) 2025/2024
	31/12/2025	AV (%)	31/12/2024	AV (%)	
Receita operacional líquida	216.120	100,0%	200.267	100,0%	7,9%
Custos dos produtos vendidos	(186.229)	-86,2%	(163.817)	-81,8%	13,7%
Lucro bruto	29.891	13,8%	36.450	18,2%	-18,0%
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(17.948)	-8,3%	(12.899)	-6,4%	39,1%
Despesas gerais e administrativas	(12.444)	-5,8%	(10.110)	-5,0%	23,1%
Outras (despesas) receitas	8.324	3,9%	4.844	2,4%	71,8%
Resultado operacional	7.822	3,6%	18.285	9,1%	-57,2%

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A Companhia atua no mercado de fertilizantes, que tem seus preços das matérias primas indexados ao dólar norte americano. No exercício encerrado em 2025 a receita líquida da Nutriplant foi de R\$ 216,1 milhões, 7,9% superior aos R\$ 200,3 milhões realizados no exercício anterior. Houve aumento de 9,8% no faturamento para o mercado interno, passando de 89,5% em 2024 para 91,0% em 2025. O foco do Grupo Nutriplant continua

sendo o crescimento no segmento de fertilizantes especiais, que apresentam melhores margens.

Em 2025 a Companhia continuou seus esforços para estabelecer relacionamentos comerciais com revendedores em diversas regiões do país. A empresa desenvolveu diversos campos teste demonstrando a eficácia dos produtos para produtores rurais que são percebidos como referências em suas regiões. Na imensa maioria estes campos de teste resultaram em aumento da rentabilidade do produtor pelo uso dos produtos da Companhia quando comparados aos das empresas concorrentes. Este investimento, junto com o aumento da rede de revendedores e representantes comerciais, deve permitir à Companhia que mantenha o crescimento nos próximos anos.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O resultado operacional da Companhia é afetado pela variação dos preços internacionais das matérias-primas em dólares nos custos dos produtos vendidos. Os custos com matéria-prima contidos no CPV registrados no exercício de 2025 foram de R\$ 165,6 milhões, apresentando um acréscimo de 15,6% quando comparados aos R\$ 143,2 milhões realizados no mesmo período do ano anterior. O percentual da MP na composição do CPV em 2025 foi de 88,9%, acima dos 87,4% registrados em 2024.

O resultado financeiro líquido aumentou de R\$ 4,6 milhões de despesas financeiras no exercício de 2024 para R\$ 9,7 milhões em 2025. Esse valor é composto pelos juros líquidos, variação cambial sobre ativos e passivos em moedas estrangeiras, descontos concedidos, entre outras. No exercício de 2024 foi contabilizado um resultado de R\$ 4,5 milhões com juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e fornecedores, aumentando para R\$ 8,9 milhões no exercício de 2025.

O endividamento bancário bruto do Grupo apresentou um aumento de R\$ 10,8 milhões, passando de R\$ 11,1 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 21,9 milhões em 31 de dezembro de 2025.

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não efetuou nenhuma mudança espontânea de prática contábil na preparação das suas

demonstrações financeiras. Não houve alterações em práticas contábeis da Companhia para gerar efeitos significativos nas últimas demonstrações contábeis.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM. Essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações separadas, somente no que se refere à mensuração dos investimentos em controladas, já que no Brasil é pelo método de avaliação patrimonial e para fins de IFRS o método seria a custo ou a valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem apenas a empresa Quirios Produtos Químicos Ltda, com participação de 100%. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis adotadas pela Nutriplant. Foram eliminadas as transações entre as empresas consolidadas decorrentes das participações de uma empresa em outra na proporção da participação da investidora no patrimônio líquido e no resultado da controlada, os saldos das contas ativas e passivas e as receitas e despesas. Os lucros originados de transações entre a controladora e a controlada (ganhos não realizados) foram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. A diretoria entende que as demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresentadas para fins de comparação, foram apresentadas seguindo as mesmas práticas contábeis e, portanto, são comparáveis.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas nos pareceres referentes às demonstrações contábeis de 2025 e 2024.

Abaixo estão detalhadas as ênfases presentes no parecer dos auditores referentes às demonstrações contábeis de 2025:

A primeira ênfase menciona o registro de valores em ‘Outros Débitos’ que corresponde a reclassificação feita das rubricas de fornecedores e empréstimos e financiamentos relacionados aos saldos da Recuperação Extrajudicial, cujo saldo estava a valor presente, conforme divulgações nas demonstrações contábeis encerradas de 31 de dezembro de 2019, em função da homologação do plano de Recuperação Extrajudicial. Em 25 de novembro de 2020, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo anulou a homologação, ora aprovada, do Plano de Recuperação Extrajudicial, após apelação de alguns credores. Na decisão proferida houve a menção de que não houve prejuízos aos credores e havia opção facultativa de apresentação de novo plano. A Companhia e sua controlada

apresentaram em 07 de julho de 2021 um plano de recuperação extrajudicial em substituição ao anterior, cumprindo as exigências legais determinadas no acórdão, porém, por decisões judiciais o pedido ora protocolado deveria ser apresentado a uma outra Vara Regional Empresarial. Em 28 de outubro de 2022 a Companhia e sua controlada protocolaram o pedido do novo plano de recuperação extrajudicial, com os saldos devidamente atualizados. Em 28 de janeiro de 2024 a Companhia apresentou toda a documentação anteriormente solicitada pela Administradora Judicial do processo, reiterando o pedido de homologação do plano e aguardando a decisão do Juízo, cuja sentença proferida pela 2ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1ª Região Administrativa Judiciária da grande São Paulo ocorreu no dia 18 de março de 2025, concedendo a homologação do plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia.

A diretoria concorda com a ênfase apresentada no parecer dos auditores e informa que, considerando as atualizações dos saldos divulgados na nota explicativa 11, no encerramento das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e sua controlada estimam que não haverá ajustes significativos a serem feitos em função plano de Recuperação Extrajudicial homologado, e se houverem, não trarão efeitos relevantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

A segunda ênfase menciona o registro de R\$ 8,1 milhões na rubrica de impostos a recuperar no ativo não circulante da Companhia, ressaltando que a realização desses créditos tributários diferidos depende da geração de lucros tributáveis futuros.

A diretoria concorda com a segunda ênfase apresentada no parecer dos auditores e informa que, segundo o estudo técnico de viabilidade preparado pela administração, que considera projeções de resultados tributáveis, há a probabilidade de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no período compreendido entre os exercícios de 2026 e 2035, observando-se os limites e condições previstos na legislação tributária vigente.

Abaixo está detalhada a ênfase presente no parecer dos auditores referentes às demonstrações contábeis de 2024:

A ênfase menciona o registro de valores em ‘Outros Débitos’ que corresponde a reclassificação feita das rubricas de fornecedores e empréstimos e financiamentos relacionados aos saldos da Recuperação Extrajudicial, cujo saldo estava a valor presente, conforme divulgações nas demonstrações contábeis encerradas de 31 de dezembro de 2019, em função da homologação do plano de Recuperação Extrajudicial. Em 25 de novembro de 2020, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo anulou a homologação, ora aprovada, do Plano de Recuperação Extrajudicial, após apelação de alguns credores.

Na decisão proferida houve a menção de que não houve prejuízos aos credores e havia opção facultativa de apresentação de novo plano. A Companhia e sua controlada apresentaram em 07 de julho de 2021 um plano de recuperação extrajudicial em substituição ao anterior, cumprindo as exigências legais determinadas no acórdão, porém, por decisões judiciais o pedido ora protocolado deveria ser apresentado a uma outra Vara Regional Empresarial. Em 28 de outubro de 2022 a Companhia e sua controlada protocolaram o pedido do novo plano de recuperação extrajudicial, com os saldos devidamente atualizados. Em 28 de janeiro de 2024 a Companhia apresentou toda a documentação anteriormente solicitada pela Administradora Judicial do processo, reiterando o pedido de homologação do plano e aguardando a decisão do Juízo, cuja sentença proferida pela 2ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1ª Região Administrativa Judiciária da grande São Paulo ocorreu no dia 18 de março de 2025, concedendo a homologação do plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia.

A diretoria concorda com a ênfase apresentada no parecer dos auditores e informa que, considerando as atualizações dos saldos divulgados na nota explicativa 11, no encerramento das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e sua controlada estimam que não haverá ajustes significativos a serem feitos em função plano de Recuperação Extrajudicial homologado, e se houverem, não trarão efeitos relevantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2025 não houve mudanças relevantes no segmento operacional da Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2025 não houve alterações na participação societária da Companhia.

c. eventos ou operações não usuais

Em 2017 os administradores da Companhia aprovaram o protocolo de pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial. Em 02 de outubro de 2017 a Companhia ajuizou o pedido de Recuperação Extrajudicial nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05. No dia 01 de novembro de 2018 o plano de recuperação extrajudicial proposto pela Companhia foi homologado, conforme decisão judicial proferida pela 5ª Vara Cível da Comarca de Barueri/SP. O plano contou com a adesão de credores que representam 66,37% dos créditos quirografários sem aval, conforme relatório juntado pela administradora judicial OnBehalf Auditores e Consultores. Em

2019 houve definição do cronograma de pagamento destes créditos que serão realizados em dezessete parcelas anuais. Em 25 de novembro de 2020 a 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Poder Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferiu anulação à homologação do plano de Recuperação Extrajudicial, após agravo à REJ interposto por certos credores em relação à homologação do plano de REJ e/ou sujeição destes credores aos efeitos da REJ. Na decisão proferida houve a menção de que não houve prejuízos aos credores e há opção facultativa de apresentação de novo plano. A Companhia e sua controlada apresentaram em 07/07/2021 um plano de recuperação extrajudicial em substituição ao anterior, cumprindo as exigências legais determinadas no acórdão. Houve decisão judicial proferindo que o pedido ora protocolado deveria ser apresentado a uma outra Vara Regional empresarial, então em 28 de outubro de 2022 a Companhia e sua controlada protocolaram o pedido do novo plano de recuperação extrajudicial, com os saldos devidamente atualizados. Em 28 de janeiro de 2024 a Companhia apresentou toda a documentação anteriormente solicitada pela Administradora Judicial do processo, reiterando o pedido de homologação do plano e aguardando a decisão do Juízo, cuja sentença foi proferida pela 2ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1ª Região Administrativa Judiciária da grande São Paulo no dia 18 de março de 2025, concedendo a homologação do plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

O EBITDA realizado no exercício de 2025 foi de R\$ 8,7 milhões, 54,5% abaixo dos R\$ 19,1 milhões realizados no exercício de 2024. A Companhia realizou no exercício de 2025 um lucro líquido de R\$ 5,4 milhões, apresentando uma redução relevante de 47,6% quando comparado ao lucro líquido de R\$ 10,3 milhões realizados no exercício de 2024. O impacto mais relevante no lucro líquido do exercício de 2025 foi o registro de R\$ 8,1 milhões de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Companhia.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA é o lucro (prejuízo) operacional adicionado das receitas (despesas) financeiras líquidas e de depreciações e amortizações. Os valores abaixo divulgados são extraídos das demonstrações financeiras auditadas:

	Consolidado				
	31/12/2025	AV (%)	31/12/2024	AV (%)	Var.(%)
DEMONSTRAÇÃO EBITDA					
Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício	5.386	2,5%	10.276	5,1%	-47,6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.231)	-3,3%	3.416	1,7%	-311,7%
Resultado Financeiro Líquido	9.667	4,5%	4.593	2,3%	110,5%
Depreciação e amortização	888	0,4%	841	0,4%	5,6%
EBITDA	8.710	4,0%	19.126	9,6%	-54,5%

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como sendo uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do nosso desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem um significado padronizado e nossa definição de EBITDA pode não ser comparável ao EBITDA ou EBITDA ajustado conforme definido por outras companhias. Ainda que o EBITDA não forneça, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil uma medida do fluxo de caixa operacional, nossa administração o utiliza para mensurar nosso desempenho operacional. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não houve eventos que mereçam menção nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 até o momento de sua aprovação pela administração da Companhia.

A homologação do plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia foi concedida no dia 18 de março de 2025, e considerando as atualizações dos saldos divulgados das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025, a administração da Companhia e sua controlada estima que não haverá ajustes significativos a serem feitos, e se houverem, não trarão efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. A reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante de reservas de capital de que trata o art. 182, § 1º da Lei nº 6.404/76, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

Os acionistas têm direito a um dividendo não cumulativo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e o saldo do lucro remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. A Companhia poderá levantar balanços mensais, trimestrais ou semestrais, cujos lucros, se houver, poderão ser distribuídos entre os acionistas, na proporção de suas ações, mediante deliberação do Conselho de Administração. A Companhia poderá pagar a seus Acionistas por deliberação do Conselho de Administração, nos prazos legais, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral. Prescreverão em favor da Companhia os valores não reclamados dentro de 03 (três) anos contados da deliberação que autorizou sua distribuição.

O valor total do lucro dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram destinados à constituição da Reserva Legal e de Lucros, conforme dispõe o art. 189 da Lei 6.404/76. Foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, em 30 de dezembro de 2025, o aumento do capital social mediante a capitalização do saldo do resultado do período compreendido entre 01 de janeiro de 2025 e 30 de novembro de 2025 e do saldo de lucros acumulados registrado à conta do patrimônio líquido da Companhia, totalizando R\$ 14,5 milhões.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Não houve distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio ou eventual remuneração de capital nos exercícios findos de 2025 e 2024, tendo em vista a incompatibilidade com a situação financeira da companhia.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não se aplica.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não se aplica

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica

iii. contratos de construção não terminada

Não se aplica

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não mantemos quaisquer operações, contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos em empresas não consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, em nossa situação financeira e mudanças em nossa

situação financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, gastos com capital ou recursos de capital, não registradas no balanço patrimonial.

b. natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Nutriplant possui atualmente duas fábricas em sua unidade industrial em Barueri, SP, uma para produção de micronutrientes foliares na forma líquida ou em pó e outra para produção de produtos químicos em geral para fins industriais e agropecuários, aditivos e ingredientes para alimentação animal, produtos alimentícios, inoculantes, corretivos, biofertilizantes e farmacêuticos, fertilizantes em geral. Foram feitos investimentos para ganhos de produtividade em seus processos e ganhos de qualidade em seus produtos. Atualmente, a empresa tem capacidade para produzir cerca de 15 mil toneladas de micronutrientes por ano, em dois turnos de produção.

Não houve investimentos relevantes em novas instalações industriais.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de recursos a serem utilizadas pela Nutriplant serão a geração de caixa operacional, empréstimos e financiamentos bancários.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica.

c. novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

Não se aplica.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

Não foram feitos investimentos relevantes em pesquisa e desenvolvimento em 2025, exceto por parcerias junto à Fundação Chapadão e UNESP para campos de teste de produtos já existentes em nosso portfólio. O valor investido nestas parcerias não é relevante.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados;

Não se aplica.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2025 não foram feitos investimentos relevantes no desenvolvimento de novos produtos. Os novos produtos desenvolvidos são resultado de pesquisas anteriormente desenvolvidas.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Como uma empresa de fabricação de fertilizantes, comprometemo-nos a operar de maneira responsável, sustentável e atender às expectativas de nossos stakeholders. Compreendemos que nossas operações têm impacto no meio ambiente e na sociedade, e levamos essa responsabilidade a sério. Nossas práticas ESG são baseadas em nosso compromisso em cumprir todas as leis e regulamentações relevantes. Nossos produtos são desenvolvidos com o objetivo de maximizar a produtividade de nossos clientes ao mesmo tempo que reduz desperdícios e o uso de recursos naturais, como área plantada. Nossas políticas têm objetivo para proteger a saúde e a segurança de nossos funcionários, clientes e comunidade em que operamos. Reconhecemos também a importância de minimizar nosso impacto ambiental. Implementamos iniciativas para reduzir custos com energia e minimizar o desperdício. Estamos continuamente explorando novas oportunidades e processos para reduzir nosso consumo de recursos.

Em termos de responsabilidade social, estamos comprometidos em respeitar a diversidade e a inclusão em nossa força de trabalho. Oferecemos oportunidades iguais a todos os funcionários e nos esforçamos para criar uma cultura de trabalho inclusiva e respeitosa. Reconhecemos também a importância de retribuir às comunidades em que operamos. Contratamos jovens formados na comunidade onde atuamos e buscamos incentivá-los a continuarem se desenvolvendo profissionalmente.

Continuaremos a avaliar nossas práticas ESG e buscar oportunidades para melhorar nosso desempenho. Estamos comprometidos em ser um cidadão corporativo responsável e pretendemos continuar progredindo em nossas iniciativas nos próximos anos.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores não mencionados nos demais itens desta seção '2' que possam influenciar de maneira significativa o desempenho operacional da Companhia.

Anexo II

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (Resolução CVM
81/22 – art.13, II)

É proposta a fixação da verba global anual destinada à remuneração dos administradores da Companhia no montante de até R\$ 3.235.000,00 (três milhões duzentos e trinta e cinco mil Reais), a ser distribuída entre os membros da administração da Companhia, observado o disposto na legislação em vigor e no Estatuto Social. Ressalte-se que o montante proposto considera as responsabilidades dos administradores, o tempo dedicado às funções, a competência, a reputação profissional e o valor de seus serviços no mercado.

O montante acima correspondente a remuneração fixa dos membros da Diretoria, sendo certo que a remuneração fixa individual é compatível com os valores pagos aos executivos de empresas do mesmo porte. Estão incluídos no montante proposto os valores correspondentes aos tributos e encargos incidentes sobre a remuneração e de responsabilidade da Companhia.

Frise-se que o montante proposto se refere à verba máxima total a ser despendida pela Companhia com a remuneração de seus administradores no período compreendido entre os meses de janeiro e dezembro de 2026.

INFORMAÇÕES DO ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME ANEXO C DA RESOLUÇÃO CVM 80/22:

8.1. Política / prática de remuneração dos administradores

A política de remuneração da Companhia para seus administradores, Diretores estatutários e Diretores não estatutários estão em linha com as melhores práticas de governança corporativa e visa atrair e reter os melhores profissionais do mercado. A remuneração é estabelecida com base em pesquisas de mercado e está diretamente ligada ao alinhamento dos interesses dos executivos com os interesses dos acionistas e da Companhia.

Os valores de remuneração pagos pela Companhia aos seus administradores e empregados são comparados periodicamente com o mercado, por meio de pesquisas de forma que se possa aferir a sua competitividade e eventualmente avaliar a necessidade de se realizar reajustes em alguns componentes da remuneração. Não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da

Companhia. Não existem elementos da remuneração vinculados à ocorrência de eventos societários.

8.2. Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais, bem como a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração e diretoria estatutária:

Ano 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	3	2,83	5,83
Remuneração fixa anual			
Salário ou Pró-Labore	NA	46.280	46.280
Benefícios Diretos ou Indiretos	NA	NA	NA
Remuneração por participação em comitês	NA	NA	NA
Outros		568.350	568.350
Descrição de outras remunerações fixas		O valor de R\$568.350,00 descrito no item Outros acima corresponde: (i) às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item 10.2.8 (b) do Of.Circular/CVM/SEP/Anual/2023; (ii) bem como, às remunerações relativas aos contratos de prestação de serviços de diretor que foram devidamente descritos no item 7.6 do Formulário de Referência.	
Remuneração variável anual			
Bônus	NA	NA	NA
Participação nos resultados	NA	NA	NA
Remuneração por participação em reuniões	NA	NA	NA
Comissões	NA	NA	NA
Outros			
Descrição de outras remunerações variáveis			
Benefícios Pós Emprego	NA	NA	NA
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	NA	NA	NA
Remuneração baseada em ações	A opção não foi exercida pelos administradores da Companhia	A opção não foi exercida pelos administradores da Companhia	
Observação	Os conselheiros renunciaram à remuneração que lhes caberia como membros do Conselho de Administração.		
TOTAL		614.630	614.630

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
AGO/E DE 28/04/2026



Ano 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	3,00	2,25	5,25
Remuneração fixa anual			
Salário ou Pró-Labore	NA	33.941	33.941
Benefícios Diretos ou Indiretos	NA	NA	NA
Remuneração por participação em comitês	NA	NA	NA
Outros		492.559	492.559
Descrição de outras remunerações fixas		O valor de R\$492.559,00 descrito no item Outros acima corresponde: (i) às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item 10.2.8 (b) do Of.Circular/CVM/SEP/Anual/2024; (ii) bem como, às remunerações relativas aos contratos de prestação de serviços de diretor que foram devidamente descritos no item 7.6 do Formulário de Referência.	
Remuneração variável anual			
Bônus	NA	NA	NA
Participação nos resultados	NA	NA	NA
Remuneração por participação em reuniões	NA	NA	NA
Comissões	NA	NA	NA
Outros			
Descrição de outras remunerações variáveis			
Benefícios Pós Emprego	NA	NA	NA
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	NA	NA	NA
Remuneração baseada em ações	A opção não foi exercida pelos administradores da Companhia	A opção não foi exercida pelos administradores da Companhia	
Observação	Os conselheiros renunciaram à remuneração que lhes caberia como membros do Conselho de Administração.		
TOTAL		526.500	526.500

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
AGO/E DE 28/04/2026



Ano 2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	3,00	2,75	5,75
Remuneração fixa anual			
Salário ou Pró-Labore	NA	38.861	38.861
Benefícios Diretos ou Indiretos	NA	NA	NA
Remuneração por participação em comitês	NA	NA	NA
Outros	256.550	1.104.272	1.360.822
	O valor de R\$257 mil descrito no item Outros acima corresponde a serviços de assessoria técnica prestados para a controladora Tripto Participações Ltda .	O valor de R\$1.104 mil descrito no item Outros acima corresponde: (i) às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item 10.2.8 (b) do Of.Circular/CVM/SEP/Anual/2025; (ii) às remunerações relativas aos contratos de prestação de serviços de diretor que foram devidamente descritos no item 7.6 do Formulário de Referência; e (iii) à serviços de assessoria técnica prestados para a controladora Tripto Participações Ltda.	
Descrição de outras remunerações fixas			
Remuneração variável anual			
Bônus	NA	NA	NA
Participação nos resultados	NA	NA	NA
Remuneração por participação em reuniões	NA	NA	NA
Comissões	NA	NA	NA
Outros	NA	NA	NA
Descrição de outras remunerações variáveis			
Benefícios Pós Emprego	NA	NA	NA
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	NA	NA	NA
Remuneração baseada em ações	A opção não foi exercida pelos administradores da Companhia	0	0
	Os conselheiros renunciaram à remuneração que lhes caberia como membros do Conselho de Administração.		
Observação			
TOTAL		1.143.133	1.399.683

Na AGO realizada em 29/04/25 foi aprovada a verba global anual destinada à remuneração dos administradores da Companhia no montante de R\$ 3,67 milhões, a ser distribuída entre os membros da administração.

Diante das condições desafiadoras do mercado durante o exercício de 2025, foi decidido prorrogar a implementação do aumento da remuneração da diretoria, gerando divergência entre o previsto e o realizado no período. Também não foram exercidas pelos administradores as opções de ações previstas.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Ano 2026 - previsão			
Número de Membros	3,00	2,17	5,17
Remuneração fixa anual			
Salário ou Pró-Labore	58.356	19.452	77.808
Benefícios Diretos ou Indiretos	NA	NA	NA
Remuneração por participação em comitês	NA	NA	NA
Outros	396.671	1.074.417	1.471.088
Descrição de outras remunerações fixas	O valor de R\$397 mil descrito no item Outros acima corresponderá ao final do exercício de 2026: (i) às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item 10.2.8 do Of.Circular/CVM/SEP/Anual/2026 ; (ii) bem como, à remuneração relativa à assessoria técnica prestada para a controladora do grupo, quando oportuno.	O valor de R\$1.074 mil descrito no item Outros acima corresponderá ao final do exercício de 2026: (i) às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item 10.2.8 do Of.Circular/CVM/SEP/Anual/2026; (ii) às remunerações relativas aos contratos de prestação de serviços que serão devidamente descritos no item 7.6 do Formulário de Referência, quando oportuno; e (iii) à remuneração relativa à assessoria técnica prestada para a controladora do grupo, quando oportuno.	
Remuneração variável anual			
Bônus	NA	NA	NA
Participação nos resultados	NA	NA	NA
Remuneração por participação em reuniões	NA	NA	NA
Comissões	NA	NA	NA
Outros	NA	NA	NA
Descrição de outras remunerações variáveis			
Benefícios Pós Emprego	NA	NA	NA
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	NA	NA	NA
Remuneração baseada em ações	555.487	1.131.014	1.686.501
Observação			
TOTAL	1.010.515	2.224.883	3.235.398

Nas tabelas acima, “NA” significa que a Companhia não possui no exercício em referência o respectivo tipo de remuneração para o órgão em questão.

8.3. Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Não houve remuneração variável para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia nos últimos três exercícios sociais. Não há previsão para o exercício social corrente.

8.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

a. termos e condições gerais

O Plano de Opção de Compra de Ações aprovado na AGOE de 29/05/2025 é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia e são elegíveis para participar do Plano os administradores, os empregados da Companhia e de sociedades controladas, além das pessoas naturais que prestem serviços à companhia. O Conselho de Administração criará, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações,

onde serão definidos os Beneficiários, o número total de ações da Companhia objeto de outorga, a divisão da outorga em lotes, se for o caso, o preço e os prazos de exercício, eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção e eventuais disposições sobre penalidades. Uma vez exercida a opção pelo Beneficiário, as ações correspondentes serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia.

b. data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Opção de Compra de Ações foi aprovado pela AGOE realizada em 29/04/2025.

c. número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações abrangidas pelo Plano de Opção de Compra de Ações é de até 510.300 (quinhentas e dez mil e trezentas) ações ordinárias de emissão da Companhia.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

A outorga de opções abrangidas pelo Plano de Opção de Compra de Ações deve respeitar sempre o limite máximo de até 510.300 (quinhentas e dez mil e trezentas) ações ordinárias de emissão da Companhia.

e. condições de aquisição de ações

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, a ser celebrado entre a Companhia e cada Beneficiário. A opção poderá ser exercida total ou parcialmente durante os prazos de aquisição ou exercício, se assim decidir o Conselho de Administração da Companhia, formalizando esta decisão em cada Programa.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício será determinado para cada Programa, deduzido de um desconto que será determinado pelo Conselho de Administração e cujo percentual será aplicado ao Preço de Exercício.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Salvo se decidido de forma diversa pelo Conselho de Administração da Companhia, formalizando esta decisão em cada Programa, a opção poderá ser exercida, observados os demais termos de cada Programa, durante o período de 90 (noventa) dias seguintes à data da divulgação dos resultados de cada exercício social ou durante o período de 90 (noventa) dias seguintes à data da divulgação dos resultados do exercício social imediatamente posterior a outorga da opção.

h. forma de liquidação

O Preço de Exercício será pago pelos Beneficiários à Companhia na forma determinada pelo Conselho de Administração para cada Programa.

i. restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração poderá estabelecer aos Beneficiários, em cada Programa, um período mínimo de indisponibilidade, o qual nunca será superior a 3 (três) anos a contar da data de aquisição, para a locação, venda, transferência ou, de qualquer forma, alienação das ações da Companhia adquiridas, exclusivamente, em virtude do exercício de opções no âmbito do Plano, bem como daquelas que venham a ser por eles adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente, o Plano terminará e qualquer opção até então concedida extinguir-se-á, a não ser que, em conexão com tal operação (quando cabível), estabeleça-se por escrito a permanência do Plano e a assunção das opções até então concedidas com a substituição de tais opções por novas opções, assumindo a Companhia sucessora ou sua afiliada ou subsidiária os ajustamentos apropriados no número e preço de ações, caso em que o Plano continuará na forma então prevista.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

De acordo com as regras do plano, não serão conferidos quaisquer direitos aos administradores com respeito à manutenção de vínculo contratual com a Companhia e não interferirá, de qualquer modo, com os direitos de a Companhia interromper, a qualquer tempo, o contrato com o beneficiário do plano. Desde o momento da outorga da opção de compra de ações até a efetiva subscrição ou aquisição das ações resultantes do exercício das opções, o administrador não terá nenhum dos direitos e privilégios de acionista da Companhia, exceto aqueles a que se refere o Plano, com respeito às opções objeto do Contrato. A partir do momento da subscrição ou aquisição efetiva das ações resultantes do exercício das opções e ultrapassado o período de restrições à transferência delas, o administrador terá todos os direitos e privilégios inerentes à condição de acionista previsto em lei e no estatuto social da Companhia.

8.5. Remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica porque a Companhia possui Plano no qual são outorgadas ações com restrição de negociação e as informações serão prestadas nos próximos itens.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica porque a Companhia possui Plano no qual são outorgadas ações com restrição de negociação e as informações serão prestadas nos próximos itens.

8.7. Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Não se aplica porque a Companhia possui Plano no qual são outorgadas ações com restrição de negociação e as informações serão prestadas nos próximos itens.

8.8. Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Não se aplica porque a Companhia possui Plano no qual são outorgadas ações com restrição de negociação e as informações serão prestadas nos próximos itens.

8.9. Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Ano 2023		
Número de Membros	3,00	2,83
Número de Membros remunerados	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,00	0,00

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Ano 2024		
Número de Membros	3,00	2,25
Número de Membros remunerados	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,00	0,00

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Ano 2025		
Número de Membros	3,00	2,75
Número de Membros remunerados	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,00	0,00

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Ano 2026 - Prevista		
Número de Membros	3,00	2,17
Número de Membros remunerados	1,00	2,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,60	0,83

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Nos 3 últimos exercícios sociais não houve e nem está previsto outorga de ações para Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

8.11. Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Nos 3 últimos exercícios sociais não houve ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não há nenhum Programa de opções de compra de ações formalizado pela Companhia.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS ADMINISTRADORES				
Posição em 31/12/2025				
	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Administradores	210.300	1,6	210.300	1,6
Conselho de Administração	160.200	1,2	160.200	1,2
Conselho Fiscal (*)	0	0,0	0	0,0
Diretoria	50.100	0,4	50.100	0,4
Total de Ações da Companhia	13.244.400	100	13.244.400	100

(*) A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não há planos de previdência conferidos a membros do conselho de administração e diretores estatutários da Companhia.

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal

	Conselho de Administração		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Número de Membros	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração (Reais)	NA	NA	NA
Valor da menor remuneração (Reais)	NA	NA	NA
Valor médio da remuneração (Reais)	NA	NA	NA

Observação:

31/12/2025 - Os conselheiros renunciaram à remuneração que lhes caberia como membros do Conselho de Administração.

31/12/2024 - Os conselheiros renunciaram à remuneração que lhes caberia como membros do Conselho de Administração.

31/12/2023 - Os conselheiros renunciaram à remuneração que lhes caberia como membros do Conselho de Administração.

	Diretoria Estatutária		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Número de Membros	2,75	2,25	2,83
Valor da maior remuneração (Reais)	377.953	380.355	346.171
Valor da menor remuneração (Reais)	111.224	17.455	18.512
Valor médio da remuneração (Reais)	177.882	176.805	128.712

Observação:

31/12/2025 - Valores se referem a pró-labore e remuneração por prestação de serviços (fixa) e consultoria técnica.

31/12/2024 - Valores se referem a pró-labore e remuneração por prestação de serviços (fixa).

31/12/2023 - Valores se referem a pró-labore e remuneração por prestação de serviços (fixa).

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	Conselho de Administração			
	Previsão 31/12/2026	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
% remuneração de membros que sejam partes relacionadas	30%	18%	NA	NA

	Diretoria			
	Previsão 31/12/2026	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
% remuneração de membros que sejam partes relacionadas	47%	35%	NA	NA

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não houve remuneração de membros do conselho de administração ou da diretoria estatutária por qualquer razão que não a função que ocupam na Companhia.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

A totalidade da remuneração da diretoria estatutária da Companhia foi reconhecida no resultado da Companhia nos 3 últimos exercícios sociais e no previsto para o exercício social corrente.

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações sobre remuneração que a Companhia julgue relevantes.

Anexo III

ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Resolução CVM 81/22)

Esclarecemos que os dados abaixo se referem aos atuais membros do Conselho de Administração, que estão à disposição dos acionistas para eventual reeleição. O mandato do Conselho de Administração vigorará até a realização da AGO a ser realizada em abril de 2028.

INFORMAÇÕES DO ITEM 7 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME RESOLUÇÃO CVM 81/22:

7.3 Composição e experiência profissional da administração

Nome CPF	Nascimento Profissão	Cargo eletivo ocupado Outros cargos e funções exercidas no emissor	Data da eleição Data da posse	Prazo do mandato Foi eleito pelo controlador
Emílio Pansa 274.247.078-68	12/10/1940 Químico industrial	Presidente do Conselho de Administração	28/04/2026 28/04/2026	AGO a ser realizada em 2028 Sim
Eduardo Lessa Pansa 096.708.548-90	26/11/1969 Administrador de empresas	Vice-presidente do Conselho de Administração	28/04/2026 28/04/2026	AGO a ser realizada em 2028 Sim
Ricardo Lessa Pansa 161.079.168-14	12/04/1973 Administrador de empresas	Conselheiro efetivo Diretor Presidente, Comercial e de Relações com Investidores	28/04/2026 28/04/2026	AGO a ser realizada em 2028 Sim

Currículos dos administradores

Emilio Pansa – É um dos fundadores da Quirios, subsidiária integral da Companhia, empresa na qual ocupa o cargo de membro do conselho de Administração. Atua de forma ativa no setor químico industrial desde 1960, sendo um especialista em sais inorgânicos e em química analítica. Possui vasta experiência no processamento de produtos químicos industriais, vendas e desenvolvimento de produtos químicos inorgânicos.

Eduardo Lessa Pansa – Anteriormente atuou como Diretor Administrativo e Financeiro da Quirios, subsidiária integral da Nutriplant. Eduardo é administrador de empresas com especialização na área.

Ricardo Lessa Pansa - Atuou como Diretor Comercial da Quirios, subsidiária integral da Nutriplant. Trabalhou como consultor estratégico e de desenvolvimento novos negócios para a DuPont. É administrador de empresas com mestrado na área.

7.4 Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração.

A companhia não possui comitês técnicos ou consultivos em sua administração.

7.5 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Relação familiar entre os Administradores, bem como entre os administradores e os acionistas controladores da Companhia: Os diretores e conselheiros Ricardo Lessa Pansa e Eduardo Lessa Pansa são irmãos, sendo também sobrinhos do conselheiro Emílio Pansa. Adicionalmente, todos são sócios integrantes do grupo de controle da Companhia, que é composto exclusivamente por integrantes da família Pansa, contando também com (i) Laura Lessa Pansa Babadobulos e Andréa C. Lessa Pansa Scalon, ambas irmãs dos diretores e conselheiros Ricardo Lessa Pansa e Eduardo Lessa Pansa e sobrinhas do conselheiro Emílio Pansa; e (ii) Jadwiga C. Pansa, mãe dos diretores e conselheiros Ricardo Lessa Pansa e Eduardo Lessa Pansa e cunhada do conselheiro Emílio Pansa.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre os administradores da companhia.

Anexo IV

**CÓPIA DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA COM DESTAQUE DAS
ALTERAÇÕES PROPOSTAS E JUSTIFICATIVAS DAS REFERIDAS
ALTERAÇÕES (Resolução CVM 81/22 – art.12 II)**

Estatuto Social Atual	Estatuto Social Proposto	Justificativa das Alterações Propostas
<p>Artigo 4º. O capital social da Companhia é de R\$ 32.542.303,17 (trinta e dois milhões quinhentos e quarenta e dois mil trezentos e três reais e dezessete centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 13.244.400 (treze milhões duzentas e quarenta e quatro mil e quatrocentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e escriturais.</p>	<p>Artigo 4º. O capital social da Companhia é de R\$ 32.542.303,17 (trinta e dois milhões quinhentos e quarenta e dois mil trezentos e três reais e dezessete centavos) R\$ 47.029.910,54 (quarenta e sete milhões, vinte e nove mil, novecentos e dez reais e cinquenta e quatro centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 13.244.400 (treze milhões duzentas e quarenta e quatro mil e quatrocentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e escriturais.</p>	<p>Aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$ 14.487.607,37 (quatorze milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, seiscentos e sete reais e trinta e sete centavos), mediante a capitalização do saldo do resultado do período de janeiro a novembro de 2025 e do saldo de lucros acumulados registrado à conta do patrimônio líquido da Companhia.</p>

Anexo V

**INFORMAÇÕES RELATIVAS À PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DOS
RESULTADOS REQUERIDAS NO ANEXO A DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81/22**

A administração propõe a destinação do lucro líquido consolidado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 5.385.671,33, da seguinte forma:

- (I) R\$ 4.757.643,73 para aumento do capital social da Companhia, observado o limite do Capital Autorizado previsto no Artigo 5º do Estatuto Social;
- (II) R\$ 358.744,03 para constituição da reserva de lucros, nos termos do art. 189 da Lei das S.A.; e
- (III) R\$ 269.283,57 para constituição da reserva legal, nos termos do art. 193 da Lei das S.A.

Com base na destinação do lucro líquido do exercício demonstrada acima não há saldo de lucros para distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio ou eventual remuneração de capital, tendo em vista a incompatibilidade com a situação financeira da companhia, de acordo com o art. 6º da Lei 11.101/05.

1) Informar o lucro líquido do exercício

A Companhia apurou lucro líquido consolidado no exercício de 2025 no montante de R\$ 5.385.671,33.

2) Informar o montante global e o valor por ações dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Após as destinações do lucro líquido do exercício de 2025 não há saldo de lucros para distribuição de dividendos.

Não houve declaração e/ou pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos no exercício de 2025.

3) Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Conforme mencionado acima, não há proposta de distribuição de dividendos com base no resultado auferido no exercício de 2025.

4) Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

No ano de 2025 não foram distribuídos dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5) Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não há distribuição de dividendos proposta pela Diretoria com base no resultado auferido no exercício de 2025.

6) Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Não houve declaração e/ou pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em balanços semestrais ou em períodos menores para o exercício de 2025.

7) Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe

a) Lucro líquido do exercício e dos 3(três) exercícios anteriores:

	<u>31/12/25</u>	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
(Prejuízo líquido)/lucro líquido do exercício (em milhões de Reais)	5.386	10.276	3.507
Número de ações ordinárias (menos ações em tesouraria)	13.233.400	13.233.400	13.233.400
(Prejuízo líquido)/lucro líquido por ação ordinária (em Reais)	0,41	0,78	0,26

b) Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Não houve declaração e/ou pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio nos exercícios de 2023, 2024 e 2025.

8) Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a) Identificar o montante destinado a reserva legal

No exercício de 2025 foi destinado o montante de R\$269.283,57 para a reserva legal.

- b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social limitado a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

9) Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixo ou mínimos

- a) Descrever a fórmula de cálculo dos dividendos fixos ou mínimos

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

- c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial

Não aplicável, pois a Companhia não tem ações preferenciais.

10) Em relação ao dividendo obrigatório

- a) Descrever a fórmula de cálculo prevista no estatuto

Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada.

- b) Informar se está sendo pago integralmente

Não há proposta da Diretoria para distribuição de dividendos referente ao lucro líquido do exercício de 2025.

- c) Informar o montante eventualmente retido

Não houve retenção de dividendo obrigatório.

11) Havendo retenção de dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a) Informar o montante da retenção

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, os aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

- c) Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

12) Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a) Identificar o montante destinado a reserva
- b) Identificar a perda considerada provável e sua causa
- c) Explicar por que a perda foi considerada provável
- d) Justificar a constituição da reserva

Não aplicável, tendo em vista que não houve destinação do resultado para a reserva de contingências.

13) Havendo destinação do resultado para reserva de lucros a realizar

- a) Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar
- b) Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem a reserva

Não aplicável, tendo em vista que não houve destinação do resultado para a reserva de lucros a realizar.

14) Havendo destinação de resultado para reservas estatutária

- a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
- b) Identificar o montante destinado a reserva
- c) Descrever como o momento foi calculado

Não aplicável, tendo em vista que não houve destinação do resultado para a reserva estatutária.

15) Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a) Identificar o montante da retenção
- b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não houve retenção de lucros para fazer face a orçamento de capital.

16) Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a) Informar o montante destinado a reserva
- b) Explicar a natureza da destinação

Não aplicável, tendo em vista que não houve destinação do resultado para a reserva de incentivos fiscais.